

## **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROJETO “MAPEAMENTO, ANÁLISE E UNIVERSALIZAÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS VOLTADAS À INSERÇÃO CURRICULAR DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE”: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL REVOCATA HELOÍSA DE MELO**

Graduando MOACIR SILVA DO NASCIMENTO (autor)<sup>1</sup>  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CARMEM G. BURGERT SCHIAVON (orientadora)<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande – moacir\_jc@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio Grande – cgbschiavon@yahoo.com.br

### **1. INTRODUÇÃO**

A Lei Federal 10.639/03 sinaliza modificações perante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, sendo reconhecida como uma política de práticas afirmativas, uma vez que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições de ensino fundamental e médio, admitindo o seu caráter positivo uma vez que esta política resulta de décadas de luta do Movimento Negro em âmbito nacional. Nesta direção, o presente trabalho visa analisar algumas considerações acerca das atividades realizadas pelo Projeto de Extensão “Mapeamento, análise e universalização de políticas afirmativas voltadas à inserção curricular da História e Cultura Afro-Brasileira no Município do Rio Grande”, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação. Dessa forma, buscamos averiguar o modo com que se configura a recepção da Lei nestes ambientes escolares, tendo em vista a atuação docente e a aceitabilidade junto à temática destacada. Por meio do mapeamento realizado em 2013 percebemos que a realidade nas Escolas demonstra o quanto essas instituições, em conjunto com os docentes e as Secretarias de Educação precisam empreender esforços para que a Lei ocorra de modo efetivo; também constatamos a necessidade de ações coordenadas para a capacitação dos professores e a disponibilização de materiais didáticos específicos e ainda outras ferramentas atuais que fomentem no cotidiano das Escolas a inserção de temáticas relacionadas à Lei 10.639/03.

No Brasil, as ações afirmativas para negros tendem a diminuir as desigualdades étnico-raciais e a estimular a diversidade racial entre as classes sociais; contudo, para uma eficácia maior, faz-se necessário o apoio do Estado, juntamente com suas regulamentações. Entre os debates envolvendo a busca pela igualdade de direitos, há a presença de grupos formados por intelectuais, sendo que muitos deles apresentam o histórico de movimentos sociais que difundem o ideário democrático pretendido desde as primeiras manifestações do Movimento Negro no Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970. Neste ínterim, o grupo destacado entra em consonância com a movimentação formada por outros segmentos da sociedade como, por exemplo, a classe trabalhadora; aspectos que propiciaram a formação de um conjunto social reconhecido como a intelectualidade negra, a qual tinha por intuito conscientizar a população negra acerca das desigualdades sociais e da necessidade de luta contra a discriminação, além da promoção de políticas públicas que intencionem gerar melhores oportunidades aos negros em áreas como educação, saúde e cultura (MATTOS, 2007).

## 2. METODOLOGIA

No que tange ao seu aparato metodológico, relatamos que a pesquisa em questão contou com o auxílio do método de análise conhecido como pesquisa-ação, o qual é, por sua vez, caracterizado pelo embasamento de alguns procedimentos concomitantes, onde os seus objetivos serão atingidos por meio de uma ação planejada e pela interação entre o pesquisador e os demais participantes da pesquisa. Este procedimento enfatiza a identificação de um intercâmbio entre ambas as partes de maneira permanente, e é este o procedimento que circundou o Projeto, já que intencionamos estabelecer uma relação direta entre o pesquisador e os protagonistas do cenário escolar, no caso, os docentes.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as Escolas que participaram desse projeto, elegemos como objeto de análise para este texto a Escola Estadual de Ensino Fundamental Revocata Heloísa de Melo, pelo fato desta apresentar exceções positivas em relação à grande maioria das outras instituições de ensino inseridas neste mapeamento. A Escola Revocata Heloísa de Melo começou a sua história em 1958; na época foi denominada Grupo Escolar Presidente Vargas; em 2001, passou a ter a denominação atual, conforme publicação divulgada no *Diário Oficial*, de 28 de fevereiro de 2001, no Boletim nº 1161/2001.

A Escola “Revocata” – como comumente é chamada por aqueles que estudam e trabalham nela – apresenta uma realidade diferenciada no que se refere à condução de suas práticas pedagógicas relacionadas ao ensino do tema em tela. Esta Escola, atribui um estímulo ao trabalho com a Lei 10.639/03, na medida em que sinaliza um esforço em assimilar os requisitos estabelecidos pela lei. Tal perspectiva ficou clara por ocasião da entrevista realizada na Escola; nesta oportunidade, ficou nítido – fato raro nas demais entrevistas – a preocupação em resgatar a memória da representação negra, na intenção de revelar o quanto que nossa identidade está repleta de traços dessa cultura, como se percebe no trecho da entrevista, a seguir:

(...) É que nem a história do vídeo, eu fiz o vídeo e se perguntar prá eles todos sabem desse vídeo. Porque o vídeo foi montado com conteúdos que a gente tava trabalhando. Pra que fique mais dinâmico e mais lúdico. Porque aí eles não esquecem! Acho que assim, se as escolas trouxerem, por exemplo, a capoeira, alguns outros tipos de dança e algumas comidas. Eu acho que aí sim dá pra entrar em conteúdos. Acho que é por aí que se começa, com danças, alimentação e aí dá pra puxar (Trecho da entrevista realizada na E.E.E.F.R.H.M., em 28 out. 2013).

Estas atividades são cada vez mais necessárias, afinal, a necessidade de uma educação antirracista é premente no Brasil, a julgar pela noção do senso comum sobre essa questão ser equivocada. O conceito de raça – especialmente aquele empreendido e viabilizado pelo mito da “Democracia Racial” – foi o grande responsável pelo desconhecimento público da existência de problemas raciais em nosso país, uma vez que ele “resolvia” as questões de demarcações sociais da cor, atribuindo aos negros e seus descendentes a possibilidade de ascensão social a cargos oficiais ou a posições de riqueza e/ou prestígio no país. Ledo engano. O tempo demonstrou que esse mito de paraíso racial brasileiro ocultava verdades como a superconcentração da riqueza, do poder e do prestígio controlados pela elite dominante branca. Neste sentido, Darcy Ribeiro sentencia que tal condição revela o fracasso da “sociedade brasileira em cumprir, na prática, seu ideal professado de democracia racial que integrasse o negro na condição de cidadão indiferenciado dos

demais” (RIBEIRO, 2006, p. 215). E essa realidade precisa ser difundida pelos professores em sala de aula, e não apenas isso, mas também a noção de ancestralidade como um mecanismo que revela ao aluno sua pluralidade étnica, conforme indicam as professoras Carmem Zeli de Vargas Gil e Dóris Bittencourt Almeida:

Todos, independente de suas ancestralidades, precisam ser educados em ambiências pedagógicas plurais, problematizando a hegemonia branca na escola. As ações pedagógicas devem se voltar para a valorização e o conhecimento dos negros e dos povos indígenas. Os espaços para extremar o racismo são as rodas de conversa, diálogos informais, debates. É importante tensionar o racismo como um argumento que se apresenta “lógico”. Professores precisam lidar com a concretude de sua sala de aula. “A cor da pele também é um dos indicativos de pertença” (GIL; ALMEIDA, 2012, p. 84).

Retomando a discussão sobre a importância de se trabalhar a noção de ancestralidade e identidade negra – no intuito de caracterizar e marcar a personalidade cultural brasileira – a conscientização histórica do discente adquire destaque. A consciência histórica sobre nossas heranças étnicas não deve apenas estar restrita, como se vê, à militância negra ou à comunidades de base religiosa mas, deve ser assimilada e apreendida no imaginário da consciência coletiva, e isso só é possível se levarmos em consideração o papel determinante do ambiente escolar, conforme o antropólogo Kabengele Munanga ressalta:

O fator histórico parece o mais importante, na medida em que constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade. O essencial para cada povo é reencontrar o fio condutor que liga o seu passado ancestral o mais longínquo possível. A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que ela cria, constitui uma relação de segurança a mais certa e a mais sólida para o povo. É a razão pela qual cada povo faz esforço para conhecer sua verdadeira história e transmiti-la às futuras gerações. (MUNANGA, 2009, p.12)

E esse cabedal histórico-cultural dos povos afrodescendentes compreende uma identidade, a qual é possuidora de uma realidade mais complexa do que se pensa. Existem fatores psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais que precisam tomar parte dos diálogos e debates construídos dentro das instituições de ensino. Não é pelo fato da Lei 10.639/2003 precisar os aspectos históricos e culturais, que outros tantos, importantes à mesma maneira, serão deixados de lado, afinal, o destaque deve recair à identificação/destaque à memória coletiva afro-brasileira.

Desse modo, como podemos aproximar o imaginário afro-brasileiro dos alunos? De que forma conseguiremos revelar a herança direta da cultura africana no dia a dia dos nossos educandos? Vale lembrar que falar sobre cultura africana, não é o mesmo que falar de um continente de um povo só; ao contrário, temos que evidenciar as diferentes identidades étnicas, devemos ir muito além daquilo evidenciado pelo olhar europeu relativo à escravidão e à colonização.

Em outras palavras, os currículos escolares devem priorizar uma problematização do continente africano, por meio da apresentação do imaginário europeu sobre a África, o espaço africano, africanidades e suas tradições. Algo muito útil também são as literaturas infantis que abordem estórias ou histórias sobre o povo africano, suas relações familiares, costumes e comportamentos. Assim, será

possível propormos um rompimento com os modelos eurocêntricos, repensando o Brasil pelo viés das influências africanas. Para tanto, propomos a introdução de novos olhares acerca do continente africano e a utilização da *internet* constitui uma poderosa ferramenta para isto, tendo em vista que, atualmente, é utilizada por alunos de várias faixas etárias. Com base nesta assertiva, novamente, destacamos as sugestões das professoras Carmem Zeli de Vargas Gil e Dóris Bittencourt Almeida:

Uma ideia interessante para um maior conhecimento da África é visitar o *site* Viajando pela África com Ibn Battuta ([www.bhzdesign.com.br/clientes/ibnbattuta/projeto.html](http://www.bhzdesign.com.br/clientes/ibnbattuta/projeto.html), acesso em 20 abr. 2011), produzido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pelo historiador José Rivair Macedo. A concepção do *site* identifica-se com as viagens por três continentes de um personagem do século XIV, Ibn Battuta, especialmente a viagem para a “Terra dos Negros”, atravessando o deserto do Saara. O *site* procura traçar o percurso realizado por ele, mostrando o cenário das antigas civilizações africanas. Há acesso também a vídeos documentários, material de apoio pedagógico e entrevistas com especialistas em história da África (GIL e ALMEIDA, 2012, p. 88).

A utilização dessas ferramentas proporciona aos docentes e alunos o acesso à informações com farto material iconográfico relacionado à complexidade das sociedades presentes naquele continente, bem como ao trabalho com a sua cultura material.

#### 4. CONCLUSÕES

À título de considerações finais, destacamos que o mapeamento realizado pelo Projeto acerca da realidade da implementação da Lei 10.639/2003 nas Escolas demonstrou o quanto essas instituições, em conjunto com os docentes e as Secretarias de Educação precisam empreender esforços para, primeiro, aproximar essas esferas para que de fato a lei aconteça no cotidiano das salas de aula. Em um segundo momento, evidenciamos a necessidade de ações coordenadas voltadas à promoção da capacitação dos professores, bem como uma maior agilidade na disponibilização de materiais didáticos específicos e, também, de ferramentas atuais e dinâmicas que fomentem no dia a dia das Escolas a inserção das temáticas da história e da cultura afro-brasileira e africana.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL – Lei Federal nº. 10.639, de 9/01/2003. **Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo da Rede de Ensino no Brasil.** Brasília: Gráfica do Senado, 2003.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **A docência em História: reflexões e propostas para ações.** Erechim: Edelbra, 2012.
- MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1978.
- MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira.** São Paulo: Contexto, 2007.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.